

Receio de reação dos servidores faz Congresso adiar decisão sobre jeton

ISABELA ABDALA

O Congresso Nacional recuou e adiou a votação do jeton para parlamentares. Preocupadas com a repercussão negativa da volta do benefício, as lideranças consideram inoportuna a discussão da matéria no momento em que está sendo aprovada a reforma administrativa.

A manifestação dos servidores na quarta-feira, quando tentaram invadir o Palácio do Planalto e agrediram com chutes e socos o carro do ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, pesou na decisão dos dirigentes do Congresso de retirar.

O projeto resolução que fixa sessões conjuntas da Câmara e do Senado, às terças-feiras, da pauta. Com isto, evitaram que fosse apresentada a emenda ressuscitando o pagamento de jeton.

Resistência — A articulação dos líderes para "abrir" a proposta enfrentou a resistência de um grupo de parlamentares que ameaçava apresentar um requerimento de urgência encaminhando o projeto de resolução para a pauta da sessão do Congresso. Mas o primeiro-secretário da Câmara, deputado Wilson Campos (PSDB-PE), defensor do jeton, garantiu que a emenda só será proposta se houver certeza de aprovação.

"A proposta tem apoio generalizado dentro da Câmara, mas o deputado só vai apresentar com o respaldo dos outros", observou Campos, omitindo, no entanto, o autor da emenda. O primeiro-secretário revelou que a proposta não fixará o valor do jeton. De acordo com ele, esta parte compete à Mesa do Congresso. Mas o valor especulado entre parlamentares era de R\$ 500 e R\$ 600 por sessão do Congresso.

Empobrecimento — O deputado Nilson Gibson (PSB-PE) admitiu que tem uma emenda pronta, fixando remuneração para as sessões conjuntas, mas acabou se convençendo de que o momento é inóportuno. Outro defensor do jetom, deputado Nelson Trad (MS), líder do PTB na Câmara, aguarda com ansiedade a apresentação da proposta. "Jetom? Que bom se vier, estou sofrendo um processo de empobrecimento ilícito", comentou.

A "choradeira" por falta de dinheiro está se tornando rotina no Congresso. O vice-presidente da Câmara, deputado Ronaldo Perim (PMDB-MG), disse que a vice-presidência virou "uma espécie de confessionário". "Tem sempre alguém se queixando do salário. Já estou acostumado", diz, salientando que se não for ilegal e nem imoral ele não vê por que não apoiar a proposta.